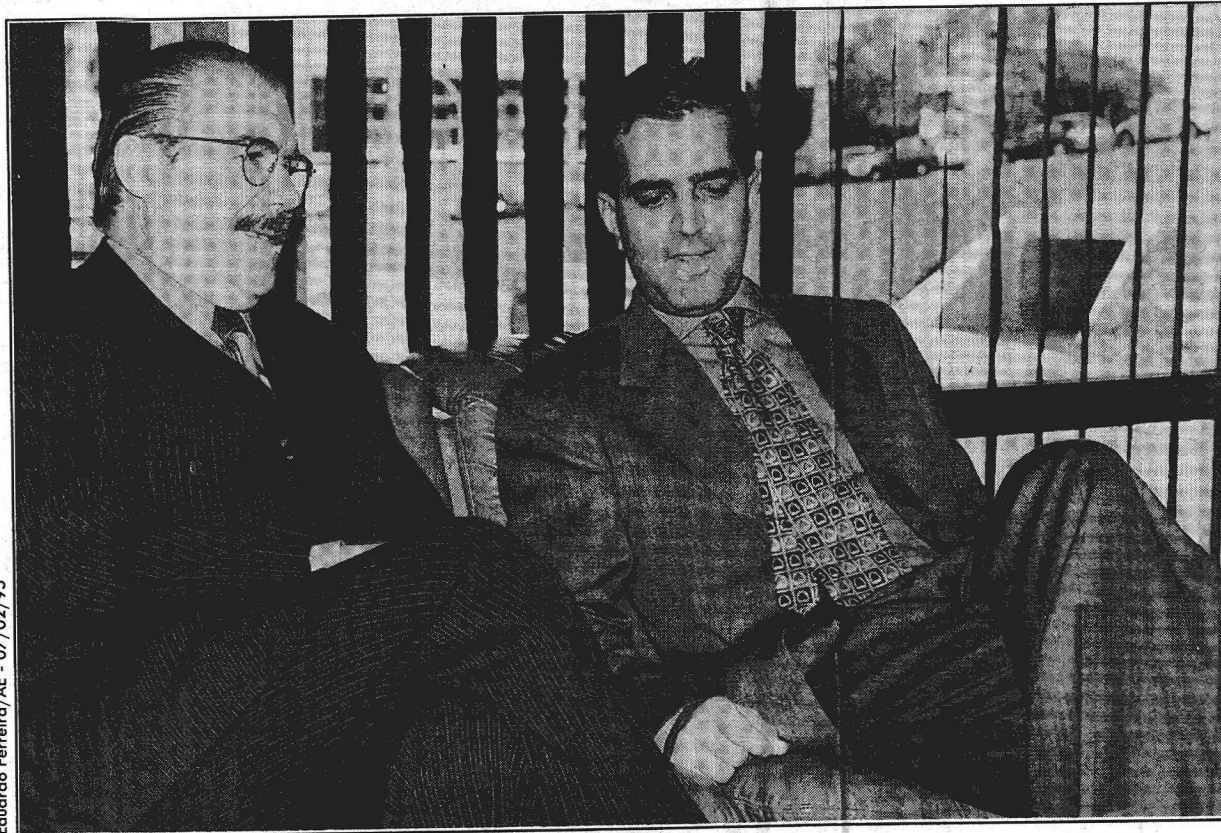


Congresso prepara 'pacote moralizador'

PRESIDENTES DO SENADO, JOSÉ SARNEY, E DA CÂMARA, LUÍS EDUARDO, QUEREM RECUPERAR REPUTAÇÃO DO LEGISLATIVO.



Eduardo Ferreira/AE - 07/02/95

Sarney e Luís Eduardo estudam medidas conjuntas para moralizar o Congresso

ENTREVISTA

Os presidentes do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), preparam um "pacote moralizador" com o objetivo de melhorar a reputação do Legislativo. "Somaremos esforços para recuperar o prestígio da Casa", avisa Sarney. A aliança entre os dois presidentes não valerá apenas para medidas consideradas cosméticas. "A imagem do Congresso está associada sobretudo à demonstração de competência do Poder", afirma Luís Eduardo. Para ele, há necessidade urgente de deputados e senadores exercitarem sua capacidade de trabalho, com agilidade e eficiência.

Tanto que o "pacote moralizador" deverá incluir medidas administrativas destinadas a imprimir mais eficiência ao trabalho de deputados e senadores. Nesse sentido, os parlamentares poderão passar todo o mês de março em Brasília, limpando a pauta do Congresso, congestionada por cerca de cem vetos e cinquenta Medidas Provisórias. Sarney já prometeu ao presidente Fernando Henrique Cardoso que fará sessões do Congresso de segunda a sexta-feira e, se necessário, esforços concentrados nos fins de semana.

Passado o carnaval, será instalada uma comissão de sete deputados e sete senadores encarregada de reformular os critérios de funcionamento da Comissão Mista de Orçamento. "Queremos uma nova Comissão, transparente e desvinculada dos vícios das

anteriores", diz o senador José Sarney.

As alterações na Comissão serão uma resposta às propostas de reformulação sugeridas no relatório final da CPI do Orçamento. No dia 8 de março, um grupo começará estudar a reformulação do Senado com o objetivo de agilizar as votações e garantir presença maciça em plenário.

Algumas medidas moralizadoras, no entanto, já foram adotadas pelas duas Casas e outras estão em discussão (leia texto abaixo).

No Senado, a Gráfica do Senado foi o objetivo do ato administrativo número 1. Um mês depois da aprovação da anistia ao senador Humberto Lucena (PMDB-PB), o primeiro-secretário, Odacir Soares (PFL-RO), proibiu a impressão de qualquer publicação que possa representar pro-

paganda eleitoral para os parlamentares. A liberalidade nas regras de funcionamento da Gráfica levaram a treze processos de cassação por conta da impressão de material de campanha com dinheiro público.

Na Câmara, Luís Eduardo já proibiu os vales, "antecipações" salariais que eram descontadas em parcelas e sem juros, e extinguiu o serviço de transporte entre o aeroporto de Brasília e o Congresso. A partir da próxima semana, Luís Eduardo quer colocar em discussão o Código de Ética Parlamentar, elaborado pelo ex-deputado Waldyr Pires há dois anos.

Medidas em estudo incluem a adoção de um Código de Ética